Resenha

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 25/4/2021
Aceito em: 21/7/2022
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

SOUZA, C. A. M. de; MIRANDA, T. N. de O. Jean Hébette: bibliografia de um utopista. Belém, PA. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 133-140, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p133-140.

JEAN HÉBETTE

BIBLIOGRAFIA DE UM UTOPISTA

Por: Cesar Martins de Sousa[1]
Tânia Nazarena de Oliveira Miranda[2]

Jean Hébette nasceu na Bélgica, em 15 de fevereiro de 1925, e faleceu em 11 de novembro de 2016. Formou-se em Teologia, pelo Institut Catholique de Paris, e em Economia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), foi professor emérito dessa universidade desde 1995. Foi também professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Criou o Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), em parceria com a UFPA, e o movimento sindical do Sudeste do Pará, além de especializar-se em Sociologia Rural e Políticas Públicas na Amazônia.

Viveu quase meio século na Amazônia, onde se dedicou à reforma agrária, constituindo-se em um dos ativistas mais combativos. Seu legado é imprescindível para aqueles que buscam a compreensão do campesinato na Amazônia, e sua prática influenciou pesquisadores diversos, sindicalistas, estudantes e camponeses.

Jean foi um colaborador singular na construção da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), além da criação do CAT; criou também o Laboratório Socioagronômico

[1] Historiador, doutor em História, professor do Programa de Pós-Graduação da Universidde Fedral do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: cesar@ufpa.br
https://orcid.org/0000-0003-4530-4844

[2] Antropóloga, doutora em Sociologia e Antropologia, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia (GMSECA/UEPA-PA), Belém, PA.
E-mail: taniamiranda18@yahoo.com.br
https://orcid.org/0000-0002-7170-5126

do Tocantins (Lasat) e teve atuação significativa no fortalecimento da Escola Familiar Agrícola (EFA), espaços relevantes para a organização política dos camponeses e a formação de um pensamento crítico engajado. Foi também um dos principais responsáveis pela criação do Curso de Ciências Sociais dessa universidade. O curso de Educação no Campo é reflexo do seu engajamento. O CAT, situado em Marabá, região Sudeste do Pará, foi fundado em 1988 por meio de parceria entre pesquisadores da UFPA, um grupo de pesquisadores estrangeiros, um grupo de sindicalistas e outras entidades. Dentre os objetivos, registra-se habilitar a consolidação da agricultura familiar, a melhoria da gestão dos recursos naturais e a consolidação dos sindicatos de trabalhadores rurais na qualidade de atores primordiais, elementares na luta por terra e por direitos (ALMEIDA, 2011).

Em concomitância ao engajamento para a construção dos espaços para a organização política, escreveu inúmeras obras (livros, ensaios, debates, seminários) em conjunto com outros grandes autores da Amazônia ou apenas sozinho; descreve a realidade do campo, a que se dedicou por muitos anos, somando a descrição, a análise, interpretação e intervenção dos fenômenos. Elencamos algumas das principais contribuições:

- A Amazônia no processo de integração nacional (1974)
- Saúde e colonização (1976)
- Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais (1977)
- Colonização para quem? (1979)
- Ciência e tecnologia para Amazônia (1983)
- A resistência dos posseiros no Grande Carajás (1986)
- O cerco está se fechando (1991)
- A relação pesquisadores-agricultores. Diálogo, parceria, aliança? Uma análise estrutural (1996)
- Situação social das áreas rurais amazônicas (1996)
- No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará (2002)
- Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia (2004)

O dossiê intitulado *Memória e ação política do campesinato na Amazônia*, em sua edição comemorativa de 10 anos, resenha três escritos de Jean Hébette: a **1ª obra**: *O cerco está se fechando: o impacto do capital na Amazônia*, com o artigo *A Luta Sindical em Resposta às Agressões dos Grandes Projetos*, publicado em 1991. A **2ª obra**: *Na trilha dos grandes projetos – modernização e conflito na Amazônia*, com o artigo O Grande Carajás: Um Novo Momento da História Moderna Paraense, publicado em 1989. A **3ª obra**: *CAT – Ano Décimo – Livro comemoração de 10 anos do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*, publicado no ano de 2000. As três obras foram organizadas por Jean Hébette e autores que o acompanharam na mesma esfera de debates sobre a Amazônia.

O livro *O cerco está se fechando: o impacto do capital na Amazônia* é também escrito por vários pesquisadores. Nele faz-se uma análise dos processos dos grandes empreendimentos já avançados na Amazônia. Compõe-se pela **Apresentação**, pelo **Prefácio**, por José de Sousa Martins (A chegada do Estranho), **Parte I** – O Grande Carajás; **Parte II** – O Polo Noroeste; e **Parte III** – A Calha Norte.

Na apresentação, Jean Hébette analisa a nova capital do Brasil no decorrer dos anos 1960, referindo-se à construção de:

> [...] dois imensos braços" para abraçar a Amazônia por meio das rodovias Belém-Brasília e Brasília - Cuiabá-Porto - Velho - Rio Branco. Além de outras estradas seguindo às primeiras: a Transamazônica, a Perimetral Norte. O grande capital por meio de minas e garimpos reviraram o solo; rios foram represados para formar lagos imensos e gerar energia elétrica; fabricas poluidoras. Esse grande capital penetrou nas áreas indígenas, cortou as reservas, lavrou o subsolo, alagou aldeias; a cultura tradicional dos índios foi ferida, a sua liberdade ancestral ameaçada. O latifúndio engole roças, mas o camponês resiste a expulsão, recusa a proletarização, luta contra o cativeiro e defende sua autonomia [...]. (HÉBETTE, 1989, p. 7-8).

Nesse livro, Jean Hébette escreve o artigo A Luta Sindical em Resposta às Agressões dos Grandes Projetos, situado na Parte II, O Polo Noroeste. O artigo se divide em Introdução e em dois itens: As frentes de conflitos pela terra; A luta sindical, com dois subitens: 1) Retrospectiva do sindicalismo rural no Pará; 2) Significado e alcance da luta sindical.

Na Introdução, o autor busca compreender como e em que medida o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem contribuído para o avanço da luta camponesa em resposta aos grandes projetos. O estudo é centrado na microrregião de Marabá, localizada no centro da área do Projeto Grande Carajás, na área de influência do Bico do Papagaio, área de incorporação integral e irrestrita ao mercado nacional de terra, mão de obra, capitais, bens e serviços. Nesse espaço social e mercadológico de muitos movimentos de migração, como: "ocupação do vazio demográfico", "valorização da Amazônia", "expansão do capitalismo", "colonialismo interno, "fronteira agrícola", criaram-se novos assentamentos humanos, gerados a partir do remanejamento social chamado e reconhecido como "urbanização da fronteira". Esses "assentamentos humanos" foram constituídos do primeiro movimento de migração para a região, ou seja, o de abertura da Rodovia Belém-Brasília; causando um fluxo intenso de trabalhadores, em sua maioria lavradores expulsos de vários estados do País. Acompanhando esse movimento, deu-se, na região, a grande especulação fundiária.

No item: As frentes de conflitos pela terra, Jean Hébette relembra as lutas camponesas na região de Marabá. Divide em três áreas de conflito: **1ª área**, constituída pelo espaço entre a Rodovia Belém-Brasília e o Rio Tocantins, ao Norte de Imperatriz e Marabá, cortada por duas estradas abertas pelo estado do Pará, a PA-70 (hoje BR-222), no sentido Leste-Oeste, e a PA-150, no sentido Norte-Sul. Até 1960, a área estava sob o poder de alguns povos indígenas, mas, a partir dessa época, foi ocupada progressivamente por grandes proprietários e grileiros. Os confrontos se deram abertamente entre os indígenas, os grileiros e o Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins (Getat), que se posicionava a favor dos proprietários. Vários líderes camponeses, in-

dígenas e até crianças foram assassinados e feridos no período de 1976 até meados de 1984; **2ª área**, constituída pelo chamado "Polígono dos Castanhais" – os castanhais, matas naturais, foram aforados ou arrendados a comerciantes pelo Estado, entre 1920 e 1960. Aos beneficiários foi dado o direito de propriedade, criando uma oligarquia local. Ocorreram muitos conflitos entres clãs familiares e o Estado, só que de maneira mais organizada; **3ª área**, atingida pela Hidrelétrica de Tucuruí – que alagou 240 mil hectares de mata virgem e de terra cultivada, inclusive lotes de colonização da Transamazônica. Foi um período de muitas ameaças aos diversos grupos indígenas e a mais de 400 camponeses e colonos. A princípio, os danos não estavam claros, e os moradores não atentaram para as lutas iniciadas em 1976, pois somente em 1985 é que sentiram os impactos causados pelo grande lago expulsando os moradores da área.

Por sua vez, o texto A luta Sindical em Resposta às Agressões dos Grandes Projetos (HÉBETTE, 1991, p. 199-214), é subdividido pelo autor em:

1) Retrospectiva do sindicalismo rural do Pará. Sob essa perspectiva, Jean Hébette escreve que o sindicalismo rural, até os anos 1970, concentrou-se no Nordeste do estado (microrregiões do Salgado e Bragantina), onde não alcançou grande dinamismo, bem diferente do Maranhão. Em nível nacional foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organização que reunia médios fazendeiros, pequenos proprietários e alguns pequenos trabalhadores sem-terra que se preocupavam em promover grandes manifestações. A partir dos anos 1960, o Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Igreja Católica, em especial no Nordeste do Brasil, reunia padres, freiras e leigos orientados pela hierarquia da Igreja Católica, e estavam em acordo com o Estado, ou seja, com o viés anticomunista; com o passar do tempo criou-se uma vertente marxista revolucionária adquirida na participação nas Ligas Camponesas.

   A separação das vertentes políticas aconteceu em decorrência do golpe militar. A partir dos anos 1970, o sindicalismo viveu no bojo dos fluxos migratórios sob a orientação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), sem resultado de avanços para a organização no meio rural. Nesse período, nas regiões de Santarém, Baixo Tocantins, Sul do Pará, onde se travaram as lutas, estas, sem o viés dos sindicatos, estavam vinculadas e apoiadas na Igreja Católica, nos partidos de esquerda (na época clandestinos) e na Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). A luta era dos próprios trabalhadores, no entanto havia orientações por parte da Igreja Católica, à época influenciada pelos propósitos das Assembleias de Medellin e Puebla, que deram ênfase à teologia libertadora e pastoral popular, com destaque para a região de Santarém e Sul do Pará, tais vertentes progressistas contribuíram para fortalecer a expansão do movimento em sua organização e resistência.

   Na ausência de um sindicato combativo em defesa dos camponeses, os próprios camponeses comprometidos com a luta criaram diversas associações de defesa dos trabalhadores, as lideranças associadas geralmente estavam vinculadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ao longo do tempo foram assumindo a liderança das associações e influenciavam na escolha de suas representações. Em determinado tempo surgiu a necessidade de criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com perspectivas "novas" de

multiplicar delegacias sindicais; elo de proximidade com as populações rurais e comunicação com as bases, para então ter alcance, de fato, da luta sindical.

2) Significados e alcance da luta sindical. Jean Hébette assinala que os conflitos surgiram em torno da terra: de sua conquista, de sua posse, da fixação e permanência nela, contra a pressão do latifúndio ou em resistência às estatais da época. O movimento camponês encontrou no sindicato o apoio que lhe era indispensável. Este atendeu em boa parte dos municípios, denunciou as ocupações aventureiras; deu uma dimensão municipal e regional das lutas mais localizadas; difundiu nas delegacias e nos povoados a experiência de ocupações, os esquemas de defesa; distribuiu suas instruções para a entrega de armas à polícia. O sindicato promoveu a elaboração de normas que garantissem a preservação das conquistas, com a perda de direitos de quem vendesse a terra; ofereceu ao quadro de direção a responsabilidade das delegacias; fortaleceu a autoridade de lideranças; intermediou a liberação de presos, também facilitou o contato com as famílias; acompanhava a convocação da polícia ou as audiências na justiça; organizava acampamentos.

   O estudo sobre os sindicatos apoiou-se na convivência com os camponeses da região estudada, nas pesquisas anteriores, nas sessões de estudo e discussões que manteve com lideranças populares do campo, assim como o material construído é parte do exame de documentos da CPT.

   O sindicalismo foi importante para o aprendizado prático de como se unir, se organizar, participar, negociar e lutar, também para a elaboração de sua identidade social, da consciência de seus interesses, direitos e reivindicações.

Em *Grandes projetos na Amazônia* (1989), composto por vários artigos trazendo estudos e pesquisas dos processos culturais, políticos econômicos contidos à época nos grandes projetos planejados para a Amazônia, Jean Hébette, no artigo O grande Carajás: Um Novo Momento da História Moderna da Amazônia Paraense, assinala a abertura oficial ao capital, nacional e estrangeiro, sobre o qual teve efeitos imediatos. Interessava ao mundo esse espaço relativamente protegido e preservado do planeta. A Amazônia era noticiada na grande imprensa nacional como a Terra Prometida do capital em expansão e consequentemente da exploração dos recursos disponíveis na região; a busca por terra, madeira, minério, recursos hídricos foram estimulados pelo Estado, por meio de incentivos fiscais da implantação de obras de infraestrutura. Veio o capital de dentro e de fora pesquisar, explorar; também chegaram os trabalhadores expulsos de todos os cantos do País, no entanto houve a predominância do mercado privado nos investimentos. O artigo é dividido em três momentos:

Primeiro momento – Caracterizou-se por uma ocupação horizontal, abriram-se as fronteiras agrícolas amazônicas. Deu-se a implantação dos grandes eixos rodoviários para a mobilidade de pessoas e mercadorias. A política de ocupação das terras devolutas que propiciou imensos latifúndios, dinâmica do mercado nacional: a do mercado de terra.

Segundo momento – Deu-se com a descoberta do minério – jazidas facilitadas pela ocupação do território amazônico. Com alcance à época de 976.553 da região Norte (Pará, Amapá, Rondônia, Roraima). A garimpagem expandiu os fluxos migratórios, a partir da implantação dos grandes projetos estatais apoiados por grupos estrangeiros que detinham o minério de maior va-

lor. Com as sucessivas descobertas foram criadas as "províncias minerais", uma delas a Serra dos Carajás.

Terceiro momento – Seguiu-se com as usinas de ferro-gusa e ferro-liga. A produção de alumínio envolveu investimentos fixos, dando assim a configuração de disputa entre as empresas nacionais e estrangeiras. Para garantir algumas preferências à Eletronorte, o governo acordou com os japoneses a construção da hidrelétrica de Tucuruí, causando grandes prejuízos à população local.

Por fim, essas formas de ocupação na Amazônia representaram, no dizer de Hébette, o período triste e caótico, pois propiciou momentos trágicos da ocupação latifundiária, da devastação da floresta e pilhagem dos recursos naturais.

O trabalho intitulado *CAT – Ano Décimo* (HÉBETTE; NAVEGANTES, 2000) é um livro de comemoração e de reflexão organizado por Jean Hébette e seu companheiro de muitas jornadas, Raul Navegantes, como resultado do evento comemorativo de 10 anos do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), buscando dialogar entre as experiências, reflexões e testemunhos dos protagonistas com a visão de pesquisadores convidados por suas contribuições e pelo reconhecimento que obtiveram em estudos do campesinato. O livro enfoca a trajetória do campesinato no Pará, passeando por diversos trabalhos teóricos até trazer as experiências na microrregião de Marabá, no Sudeste do Pará.

A obra está organizada em seis partes, começando por dialogar sobre as origens do CAT; passando pela análise do encontro entre a universidade e a sociedade; depois pela visão dos atores locais envolvidos na construção do CAT; pela reflexão dos pesquisadores que trabalhavam com a instituição; um ensaio etnográfico em que as imagens demarcam uma trajetória e são dotadas de ampla inteligibilidade hermenêutica possível; concluindo com a cronologia.

Escrever sobre a obra é revisitar as próprias memórias, uma vez que eu, César Martins de Souza, fui bolsista de extensão/UFPA e depois de Iniciação Científica do CNPq, sob a orientação de Jean Hébette e Raul Navegantes, no CAT, de 1996 ao final de 1999, de modo que me formei enquanto sujeito-pesquisador nessa realidade, quando tive a oportunidade de atuar em diversos trabalhos no escritório de Belém e na sede, em Marabá, e visitar algumas atividades apoiadas pelo CAT.

Desta forma, fica mais viável compreender que o livro passeia das trajetórias às experiências concretas, mergulhando no vivido e na reflexão teórica, para, mais do que comemorar, construir uma obra que sirva de referência para outras experiências que vierem a ser desenhadas a partir de 2000.

Como pretende trazer contribuições para estudos futuros, o livro não se detém aos elogios ou apenas às contribuições do CAT, pois analisa as dificuldades e os problemas enfrentados, os novos desafios, sempre com um olhar entre o histórico, o sociológico e o etnográfico, que não descarta em momento algum a importância das experiências de quem vivencia no cotidiano um trabalho que reúne ações da universidade com a sociedade, não enquanto discurso, mas de modo concreto, no encontro entre quem pensa a pesquisa-desenvolvimento como o caminho necessário para construir algo junto ao campesinato.

No segundo capítulo, Jean Hébette agrega suas experiências na construção, organização e concretização cotidiana do CAT, abordando sobre o campesinato que lutava por direitos em um contexto marcado pela violência no Sudeste do Pará, na busca pela terra e por respeito. E traz essa parceria entre pesquisadores e sujeitos do campo como importante para romper as barreiras que lhes impunham mecanismos de exclusão e marginalização social. No contexto da ditadura, Hébette considera que os agricultores tinham de se organizar com suas lideranças políticas por democracia frente à repressão que lhes era fortemente imposta e progressivamente buscando a afirmação econômica, pensando a organização para a produção e comercialização, sem esquecer a luta por direitos.

> Localmente, nunca se tinha pensado em fazer alguma coisa parecida com o CAT; ao contrário, havia sérias restrições aos chamados "Projetos", entendidos como iniciativas locais, financiadas do exterior, e, portanto, objeto no tempo da ditadura, de críticas políticas radicais. (HÉBETTE, 2000, p. 34).

Hébette analisa o surgimento do CAT sem descolar do contexto histórico marcado pela repressão exercida pela ditadura, que buscava controlar o campesinato e muitas vezes impedir a construção de sua autonomia e de parcerias com diversas instituições, inclusive de outros países. Neste contexto havia ainda os conflitos fundiários e o enfrentamento à violência, às barreiras impostas pela política e as limitações na esfera econômica. Mas Hébette considera que as dificuldades traziam à tona a busca pela "utopia... Os resultados estão aí. Cabe aos lavradores avaliá-los e sugerir aperfeiçoamentos e mudanças" (HÉBETTE, 2000, p. 36). O texto finaliza lembrando que, para além das comemorações dos 10 anos, é preciso não esquecer que "o CAT ainda é uma realidade a perseguir sua utopia" (HÉBETTE, 2000, p. 36).

Diante do exposto é possível concluir que Jean Hébette privilegiou grandes questões sobre o campesinato na Amazônia. A maioria de seus escritos tem parceria com outros autores e pesquisadores que demonstram o compromisso de uma linha, aliados à ciência e à militância sem perder os critérios científicos. A literatura de Jean Hébette é um serviço para notar as primeiras discussões sobre as interações dos projetos na Amazônia, hoje em plena execução, e que ainda é de grande interesse aos estudantes e profissionais que desejam conhecer o desenvolvimento desses grandes empreendimentos.

Referências

ALMEIDA, L. L. **Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá**: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT). 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

HEBÈTTE, J. O grande Carajás: um novo momento da história da Amazônia paraense. *In*: HEBÈTTE, J.; CASTRO, E. (org.). **Na trilha dos grandes projetos**: modernização e conflitos na Amazônia. Belém, PA: NAEA/UFPA, 1989. p. 7-39.

HEBÈTTE, J. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. *In*: HEBÈTTE, J. (org.). **O cerco está se fechando**. Belém, PA: NAEA/UFPA, 1991. p. 199-214.

HEBÈTTE, J. O surgimento do Programa CAT: a luta camponesa pela terra. *In*: HEBÈTTE, J.; NAVEGANTES, R. da S. (org.). **Cat – ano décimo**: etnografia de uma utopia. Belém, PA: EDUFPA, 2000. p. 27-41.

HEBÈTTE, J.; NAVEGANTES, R. da S. (org.). **Cat – ano décimo**: etnografia de uma utopia. Belém, PA: EDUFPA, 2000.